

REFLEXÕES SOBRE CONTRATOS BANCÁRIOS (OUTUBRO DE 2007)

JOSÉ AUGUSTO DELGADO

Ministro Aposentado do Superior Tribunal de Justiça

José Augusto Delgado – Ministro do STJ e Ministro do TSE (biênio 2006/2008). Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual do RN. Doutor Honoris Causa da Universidade Potiguar. Acadêmico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas (RJ). Acadêmico da Academia Brasileira de Direito Tributário (SP). Eleito Acadêmico da Academia Norte-Riograndense de Letras do RN. Professor de Direito Público (Administrativo, Tributário e Processual Civil). Professor UFRN (aposentado). Ex-professor da Universidade Católica de Pernambuco. Sócio Honorário da Academia Brasileira de Direito Tributário. Sócio Benemérito do Instituto Nacional de Direito Público. Conselheiro Consultivo do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem. Integrante do Grupo Brasileiro da Sociedade Internacional do Direito Penal Militar e Direito Humanitário. Professor convidado da UNICEUB, no Curso de Especialização em Direito Público.

Sumário: reflexões sobre contratos bancários (outubro/2007):

1. Conceito de contrato bancário.
2. Características do contrato bancário.
3. Princípios aplicados aos contratos bancários.
4. Classificação dos contratos bancários.
5. Espécies de contratos bancários.
6. Comentários sobre alguns pronunciamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre contratos bancários.
7. Considerações finais.

1. CONCEITO DE CONTRATO BANCÁRIO

A doutrina reconhece que a pretensão de conceituar contrato bancário enfrenta dificuldades iguais às existentes para se fazer a diferença entre contratos comerciais dos civis. Crescem esses obstáculos quando concentram-se as investigações em assentar a distinção entre contratos bancários e os contratos civis e comerciais.

A fixação de um conceito sobre contrato bancário determina que, primeiramente, ao meu pensar, sejam aceitas as características abaixo enumeradas como presentes em sua formação e execução:

a) os contratos bancários são os meios utilizados para a concretização das operações realizadas pelos bancos ou entidades congêneres;

b) o contrato bancário é um fato jurídico;

c) o ordenamento jurídico legal o considera como negócio jurídico bilateral;

d) os contratos bancários geram direitos subjetivos e deveres jurídicos;

e) o conceito de operações bancárias¹ é mais amplo do que o de contratos bancários, porém, na linguagem comum são considerados como caracterizando transações sinônimas;

f) o seu objeto imediato é “a regulação da intermediação, e o mediato é o crédito, com a disponibilidade ou a entrega do numerário”².

¹ “Para estabelecer a natureza do contrato bancário, na perspectiva que nos interessa, deve-se precisar alguns pontos a partir do seu objeto. Em primeiro lugar, está a propalada dualidade entre contratos bancários e operações bancárias. Costuma-se dizer que estas têm abrangência maior que o contrato, pois compreendem também atos praticados pelos bancos que não se formalizam no contrato, como ocorre com o simples cumprimento de ordens do cliente, e têm um sentido mais dinâmico, sendo o conjunto de atos que se desenvolvem para alcançar um resultado econômico, enquanto o termo contrato nos leva mais precisamente ao acordo de vontades” (Rui Rosado de Aguiar, em “Os Contratos Bancários e a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça”, trabalho publicado no site “www.cjf.gov.br/revista/seriepesquisas11”, citando Bolaffio, autor da obra “Il Codice di Commercio Commentato, I/282/283

² Rui Rosado de Aguiar, ob. Cit., p. 12.

Com base nos elementos acima destacados, o contrato bancário tem sido conceituado de acordo com as manifestações seguintes:

a) Sérgio Carlos Covello, citado por Delton Martinazzo Dollognol, em 'Contratos bancários: conceito, classificação e características', publicado no site www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3262, conceitua contrato bancário adotando dois critérios: subjetivo e objetivo. Pelo critério subjetivo, segundo o autor, contrato bancário é todo negócio jurídico firmado por um banco; o contrato bancário, pelo critério objetivo, é o negócio jurídico realizado que tem por objeto a intermediação do crédito.

b) Dornelles da Luz, citado por Delton Martinazzo Dollognol, artigo citado, adota a definição de contrato bancário de Garrigues, como sendo um '....negócio jurídico concluído por um banco no desenvolvimento de sua atividade profissional e para a consecução de seus próprios fins econômicos'.

c) "Contratos bancários são os veículos jurídicos da atividade econômica de intermediação, encontrados tanto no pólo da captação (recolhimento de superávits) como no fornecimento (cobertura de déficits). Em termos outros, são os contratos que só podem ser celebrados em banco. Qualquer pessoa, física ou jurídica, que, não estando autorizada a operar na atividade bancária, realiza contratos de intermediação de dinheiro incorre em conduta ilícita. A participação necessária de um banco em pelo menos um dos pólos da relação contratual é, assim, da essência do contrato bancário" (www.geocities.com.br), sem autor identificado).

2. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO BANCÁRIO

As principais características do contrato bancário são as seguintes:

- a) comutatividade;
- b) adesividade;
- c) formais;
- d) sigiloso;
- e) ser instrumento de crédito;
- f) submete-se a um sistema rígido de contabilidade;
- g) tem complexidade estrutural;
- h) tem caráter profissional e comercial;
- i) é informal;
- j) é de massa;
- k) recebe interpretação específica.

3. PRINCÍPIOS APLICADOS AOS CONTRATOS BANCÁRIOS

O contrato bancário é um negócio jurídico bilateral que vem, no âmbito da Ciência Jurídica, sendo beneficiado por uma evolução de cunho positivo, em face de se buscar aperfeiçoar os seus efeitos, não só para gerar estável repercussão na sua consumação, como, também, para fazer com que ele ganhe absoluta confiança entre os agentes que, em seu curso, atuam como partes. Para tanto, os contratos bancários estão subordinados aos princípios a seguir anunciados.

Os contratos bancários, como qualquer outro tipo de contrato, no ordenamento jurídico brasileiro, estão vinculados obrigatoriamente, na atualidade, aos princípios seguintes:

a) O da autonomia da vontade (inspirado no art. 1.134 do Código Civil da França, que consagra a “liberdade de modelação ou liberdade de fixação ou liberdade de estipulação do conteúdo contratual”, segundo doutrina alemã; é considerado o mais importante princípio; essa autonomia da vontade é exercida, segundo César Fiúza (Direito Civil – Curso Completo, Del Rey, p. 402) em quatro planos: a) “Contratar ou não contratar. Ninguém pode ser obrigado a contratar, apesar de ser impossível uma pessoa viver sem celebrar contratos”. b) “Com quem e o que contratar. As pessoas devem ser livres para escolher seu parceiro contratual e o objeto do contrato”. c) “Estabelecer as cláusulas contratuais, respeitados os limites da Lei”. d) Mobilizar ou não o Poder Judiciário para fazer respeitar o contrato, que, uma vez celebrado, torna-se fonte formal de Direito”. Sofre, na época contemporânea, limitações impostas por barreiras decorrentes da supremacia da ordem pública, dos bons costumes, da proteção do hipossuficiente, da probidade e da boa-fé e da função social que deve exercer o referido negócio jurídico).

b) O da supremacia da ordem pública (“noção fluída, vaga e elástica, a depender, o preenchimento de seu conteúdo, dos valores morais, sócias, culturais e ideológicos da época”, conforme observa Luiz

roldão de Freitas Gomes, em 'Curso de Direito Civil – Contrato', Ed. Renovar, p. 31).

c) O da obrigatoriedade de suas cláusulas (Esse princípio não atua de modo absoluto. As cláusulas contratuais podem deixar de ser cumpridas, com apoio na lei, em razão de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis que tornem excessivamente onerosa a prestação por uma das partes (arts. 478 a 480 do Novo Código Civil; em razão de caso fortuito ou força maior e outras situações que impeçam o cumprimento do negócio jurídico ajustado).

d) O do consensualismo (Impõe que o contrato só será considerado celebrado, obrigando, pois, as partes ao seu cumprimento, no momento em que consolidem consenso a respeito das suas cláusulas, atendidos os requisitos legais, inclusive as formalidades exigidas).

e) O da boa-fé (A boa-fé pode ser objetiva ou subjetiva. A boa-fé subjetiva consiste "em crenças internas, conhecimentos e desconhecimentos. Consiste, basicamente, no desconhecimento de situação adversa. Quem compra de quem não é dono, sem saber, age de boa-fé, no sentido subjetivo. A boa-fé objetiva baseia-se em fatos de ordem objetiva. Baseia-se na conduta das partes, que devem agir com correção e honestidade, correspondendo a confiança reciprocamente depositada. As partes devem ter motivos objetivos para confiar uma na outra" (César Fiúza, ob. cit., p. 410). O Código Civil de 2002, em inúmeros artigos, impõe a obrigatoriedade do princípio da boa-fé, embora sob o aspecto subjetivo: arts. 112, 221, 442, 490, 491, 510, 511, 514, 516, 549, 550, 551, 612, 619, 622, 933, 935, 968, 1.072, 1.272, 1.318, 1.321, 1.382, 1.404, 1.477 e 1.507). Os princípios da confiança e o da transparência são considerados como subprincípios do princípio da boa-fé.

f) O da relatividade dos seus efeitos (O contrato, em princípio, só obriga às partes; pode, contudo, ser oposto a terceiros, em situações excepcionais, a exemplificar, aos herdeiros de uma das partes).

g) O da tipicidade (Há de se respeitar as regras impostas aos contratos típicos, como os de adesão, os coletivos, os em favor de terceiro, o de transporte de pessoas, de carga, o de leasing, etc).

h) O da probidade (O art. 422 do Código Civil de 2002 determina que "Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé").;

i) O da sua função social (O art. 421 do Código Civil de 2002 obriga que "A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato".

j) O da dignidade humana (A dignidade humana é valor a ser concretizado pela aplicação das regras jurídicas. Está consagrado, na forma de postulado, no art. 1º, III, da Constituição Federal. É um dos fundamentos da República brasileira.

k) O da justiça contratual (Impede que haja enriquecimento ilícito em decorrência do negócio jurídico contratual. Por ele nenhuma das partes recebe mais ou menos do que o ajustado). A proteção ao hipossuficiente ou ao vulnerável é um subprincípio do da justiça contratual.

Por fim, cabe considerar a aplicação, também, nos contratos bancários, dos denominados subprincípios da autonomia privada que são elencados por César Fiúza (ob. cit., p. 410):

a) O da liberdade de contratar.

b) O da liberdade contratual.

c) O da relatividade contratual ou do efeito relativo.

d) O da auto-responsabilidade.

e) O da imutabilidade ou da intangibilidade (O contrato só pode ser alterado por mútuo acordo).

f) O da irretratabilidade (Celebrado o contrato, as partes não podem dele desistir, salvo situações excepcionais).

g) O da obrigatoriedade do cumprimento de suas cláusulas.

A rápida menção que acabamos de fazer aos princípios informativos aplicados aos contratos tem por objetivo destacar a necessidade de, na celebração e execução desse negócio jurídico bilateral, ter-se o máximo de atenção para com a imperatividade de tais ditames, pouco importando que estejam explicitamente regrados ou que integrem o ordenamento jurídico de modo implícito.

O que deve ser assentado é a necessidade dos princípios contratuais serem rigorosamente obedecidos para o aprimoramento cada vez mais intenso da estabilidade dos pactos negociais celebrados.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS BANCÁRIOS

Concentramos, no atual estágio do desenvolvimento desse trabalho, em explicitar a classificação dos contratos bancários.

Assentamos, preliminarmente, que não há uniformidade por parte da doutrina sobre o assunto. Optamos por classificar os contratos bancários com apoio na manifestação a respeito de alguns autores, concentrando a suas afirmações no quadro a seguir apresentado.

Os contratos bancários são, portanto, classificados em:

a) típicos - os que têm distinção específica de concessão de crédito;

b) atípicos - os que concentram seus objetivos para a prestação de serviços.

Os contratos típicos são subdivididos, ainda, em ativos (os bancos assumem a posição de credor) e passivos (os bancos ocupam a posição de devedor).

c) Mistos - são os que envolvem operações de créditos e de serviços.

Os contratos de crédito (típicos) são, ainda, classificados nos tipos seguintes:

a) públicos e privados:

b) de curto, médio ou longo prazo;

c) de garantia (real ou pessoal);

d) de produção e de consumo;

e) nacional e internacional;

f) individual ou pessoal;

g) comercial;

h) agrícola;

i) industrial;

j) marítimo.

5. ESPÉCIES DE CONTRATOS BANCÁRIOS:

As espécies de contratos bancários são, entre outros inespecíficos, os seguintes:

a) depósitos bancários (que podem ser à vista, com pré-aviso e com prazo fixo);

b) de conta corrente;

c) de aplicação financeira;

d) de mútuo bancário;

e) de desconto;

f) de abertura de crédito;

g) de crédito documentário;

h) de alienação fiduciária;

i) de fomento mercantil (faturização);

j) de leasing;

k) de cartão de crédito;

l) de serviços (guarda de dinheiro ou bens, custódia, cofre de segurança, etc);

m) de hedging (“operação de câmbio a prazo realizada com o objetivo de proteção contra as alterações do preço de uma mercadoria devido as variações eventuais na cotação de uma moeda”³);

n) Cédula de crédito bancário.

³ Glauber Moreno Talavera, em “Aspectos Elementares do Hedging”, p. 196, capítulo da obra coletiva “Contratos Bancários”, coordenada por Ivo Waisberg e Marcos Rolim Ferandes Fontes, Edit. Quartier Latin, 2006.

6. COMENTÁRIOS SOBRE ALGUNS PRONUNCIAMENTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS SOBRE CONTRATOS BANCÁRIOS.

Os contratos bancários têm ensejado múltiplas manifestações doutrinárias e dos Tribunais sobre os conflitos provocados em consequência da sua formação e execução.

Adotamos a técnica de discutir, em forma abreviada, alguns posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais firmados a respeito.

a) Sobre o Contrato de alienação fiduciária.

a.1 - Entende o STJ que não é possível ser decretada a prisão civil de alienante fiduciário. Na alienação fiduciária não estão presentes os elementos caracterizadores do contrato de depósito. Precedente: Eresp n. 149.518 - GO.

a.2 - O contrato de alienação fiduciária, em nosso ordenamento jurídico, apresenta as seguintes características:

“a) bilateralidade, pois cria obrigações para ambas as partes, tanto para o fiduciário quanto para o fiduciante;

b) onerosidade, pois há a reciprocidade de ônus e vantagens para os contraentes, em razão das obrigações assumidas pelas partes e, por outro lado, beneficia a ambos, proporcionando instrumento creditício ao alienante e assecuratório ao adquirentes;

c) por depender, para sua existência, de uma obrigação principal que deve ser garantida, possui caráter acessório;

d) formalidade, pois, requer sempre, para constituir-se, instrumento escrito público ou particular, devidamente registrado no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor; e

e) indivisibilidade, porque o pagamento de uma ou mais prestações da dívida não importa exoneração, correspondente à garantia, ainda que esta compreenda vários bens, exceto disposição expressa no título ou na quitação” (César Amendolara, em “Alienação Fiduciária como Instrumento de Fomento à Concessão de Crédito”, capítulo da obra coletiva Contratos Bancários, Quartier Latin, p. 160).

a.3) O contrato de alienação fiduciária, atualmente, está regido, no Brasil, pela legislação seguinte:

i) Lei n. 4.728/65 - esta trata de mercado de capitais e é considerada como a primeira a tratar da alienação fiduciária, restringindo a sua aplicação em garantia de débito perante as instituições financeiras;

ii) DL 911, de 1969, que disciplinou os aspectos processuais da alienação fiduciária.

iii) Lei n 9.514, de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e, conseqüentemente, instituiu a alienação fiduciária em garantia de coisa imóvel. Antes só se aceitava para bens móveis.

iv) Código Civil de 2002, Lei 10.406/02, que, em seu art. 1.361, disciplina a propriedade fiduciária, considerando-a como propriedade resolúvel de coisa móvel e infungível.

v) Lei n. 10.931, de 2004, que passou a admitir bens fungíveis (os que podem ser substituídos) como objeto de alienação

fiduciária.(Nota: a evolução legislativa anotada tomou por base o artigo de César Amendolara acima citado).

a.4 - Convem registrar as observações feitas por César Amendolara, artigo citado, p. 193, sobre a Lei n. 1.931/04.

Ei-las:

“A Lei 10.932/04 desde de sua entrada em vigor, vem causando uma verdadeira revolução nos contratos bancários de empréstimos, financiamentos, desconto de títulos, abertura de crédito, entre outros. Atualmente quase todos os bancos alteraram seus contratos para prever a cessão fiduciária de direitos de crédito ou de títulos de crédito como forma de garantia, abandonando os institutos da hipoteca, penhor e até mesmo a emissão de títulos de crédito vinculados ao contrato, notadamente cheques e notas promissórias, como forma de garantia. A utilização migração em massa do instituto da cessão fiduciária de direitos creditórios e de títulos de crédito nos contratos bancários, mormente pelo fato de que a grande maioria dos contratos bancários são contratos de adesão, vai, em pouco tempo, munir os operadores do direito com farta jurisprudência e incentivar a doutrina a estudar o tema, não só sobre a validade da lei, mas também sobre diversas questões relacionadas ao instituto que hoje se mostram como bastante duvidosas tendo em vista a sua recém promulgação”.

b) Jurisprudência sumulada pelo STJ. Passamos, agora, a identificar, com rápidas observações, as súmulas do STJ que direta e indiretamente têm repercussão nos contratos bancários. Elas são:

b.1) Súmula 288 - A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pode ser utilizada como indedador de correção monetária nos contratos bancários. (Obs. - “Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP foi instituída pela Medida Provisória nº 684, de 31.10.94, publicada no Diário Oficial da União em 03.11.94, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES. Posteriores alterações ocorreram através das Medida Provisória nº 1.790, de 29.12.98 e da Medida Provisória nº 1.921, de 30.09.99, convertida na lei nº 10.183 de

12.02.2001. A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP tem período de vigência de um trimestre-calendário e é calculada a partir dos seguintes parâmetros:

I - meta de inflação calculada pro rata para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional;
II - prêmio de risco. A TJLP é fixada pelo Conselho Monetário Nacional e divulgada até o último dia útil do trimestre imediatamente anterior ao de sua vigência. Em moedas contratuais, a TJLP, expressa em percentual ao ano, tem o código 311"). (Obs. Fundamentação da súmula: A TJLP possui as mesmas características da TR não sendo possível vedar a sua cobrança quando pactuada - Resp 337.957. Os princípios informadores da TR e da TJLP são, basicamente, os mesmos).

b.2) Súmula 287 - A Taxa Básica Financeira (TBF) não pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários. (OBS. T B F - "Sigla para Taxa Básica Financeira. Criada pelo Banco Central em junho/95 com o objetivo de alongar o perfil das aplicações em títulos com uma taxa de juros de remuneração superior à TR - Taxa Referencial. A TBF é utilizada exclusivamente como base de remuneração de operações realizadas no mercado financeiro, de prazo de duração igual ou superior a 60 dias. Sua metodologia de cálculo é idêntica à da TR, com a diferença fundamental de que não se aplica nela o redutor. Está baseada na amostra estatística das 30 maiores instituições financeiras escolhida em função do volume de captação de depósitos a prazo (Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Recibos de Depósitos Bancários - RDB prefixados com prazos variando de 30 a 35 dias). Diariamente, para cada uma das instituições financeiras da Amostra, é calculada a Taxa média ponderada em valor da seguinte forma: - Multiplica-se a taxa de cada CDB/RDB emitido pelo seu valor de emissão; - Soma-se todos os produtos anteriormente obtidos; - Divide-se o resultado pela soma de todos os valores de emissão; e - O resultado é a taxa média ponderada em valor dos depósitos a prazo da instituição. Para compor uma amostra final mais ajustada do ponto de vista estatístico, do conjunto das 30 instituições da amostra inicial acima referida, o BACEN retira as duas instituições com as menores taxas médias ponderadas e as duas maiores taxas. Assim, a TBF é uma taxa diária representativa da média ponderada em valor, ajustada, dos CDB/RDB emitidos pelas instituições mais ativas do mercado financeiro do país. A base de cálculo é o dia de referência, sendo calculada no dia útil imediatamente posterior. O prazo mínimo das operações ativas e passivas do mercado financeiro com remuneração pela TBF foi fixado a

partir de 01/08/99, como sendo de 2 meses. Legislação básica: Medida Provisória 1053, de 30/06/95; Resoluções CMN 2171 e 2172, de 30/06/95 e 2437, de 30/10/97; Circulares do BACEN 2587, de 30/06/95 e 2588, de 05/07/95”).

b.3) Súmula 286 - A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores.

b.4) Súmula 285 - Nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor incide a multa nele prevista.

b.5) Súmula 5 - A SIMPLES INTERPRETAÇÃO DE CLAUSULA CONTRATUAL NÃO ENSEJA RECURSO ESPECIAL.

b.6) Súmula 8 - APLICA-SE A CORREÇÃO MONETARIA AOS CREDITOS HABILITADOS EM CONCORDATA PREVENTIVA, SALVO DURANTE O PERIODO COMPREENDIDO ENTRE AS DATAS DE VIGENCIA DA LEI 7.274, DE 10-12-84, E DO DECRETO-LEI 2.283, DE 27-02-86.

b.7) Súmula 16 - A LEGISLAÇÃO ORDINARIA SOBRE CREDITO RURAL NÃO VEDA A INCIDENCIA DA CORREÇÃO MONETARIA.

b.8) Súmula 26 - O AVALISTA DO TITULO DE CREDITO VINCULADO A CONTRATO DE MUTUO TAMBEM RESPONDE PELAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS, QUANDO NO CONTRATO FIGURAR COMO DEVEDOR SOLIDARIO.

b.9) Súmula 27 - PODE A EXECUÇÃO FUNDAR-SE EM MAIS DE UM TITULO EXTRAJUDICIAL RELATIVOS AO MESMO NEGOCIO.

b.10) Súmula 28 - O CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIARIA EM GARANTIA PODE TER POR OBJETO BEM QUE JA INTEGRAVA O PATRIMONIO DO DEVEDOR.

b.11) Súmula 30 - A COMISSÃO DE PERMANENCIA E A CORREÇÃO MONETARIA SÃO INACUMULAVEIS.

b.12) Súmula 36 - A CORREÇÃO MONETARIA INTEGRA O VALOR DA RESTITUIÇÃO, EM CASO DE ADIANTAMENTO DE CAMBIO, REQUERIDA EM CONCORDATA OU FALENCIA.

b.13) Súmula 60 - ÉE NULA A OBRIGAÇÃO CAMBIAL ASSUMIDA POR PROCURADOR DO MUTUARIO VINCULADO AO MUTUANTE, NO EXCLUSIVO INTERESSE DESTE.

b.14) Súmula 93 - A LEGISLAÇÃO SOBRE CEDULAS DE CREDITO RURAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL ADMITE O PACTO DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.

b.15) Súmula 133 - A RESTITUIÇÃO DA IMPORTANCIA ADIANTADA, A CONTA DE CONTRATO DE CAMBIO, INDEPENDE DE TER SIDO A ANTECIPAÇÃO EFETUADA NOS QUINZE DIAS ANTERIORES AO REQUERIMENTO DA CONCORDATA.

b.16) Súmula 176 - É NULA A CLAUSULA CONTRATUAL QUE SUJEITA O DEVEDOR A TAXA DE JUROS DIVULGADA PELA ANBID/CETIP.

b.17) Súmula 199 - NA EXECUÇÃO HIPOTECARIA DE CREDITO VINCULADO AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI N. 5.741/71, A PETIÇÃO INICIAL DEVE SER INSTRUIDA COM, PELO MENOS, DOIS AVISOS DE COBRANÇA.

b.18) Súmula 233 - O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta-corrente, não é título executivo.

b.19) Súmula 237 - Nas operações com cartão de crédito, os encargos relativos ao financiamento não são considerados no cálculo do ICMS.

b.20) Súmula 245 - A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito.

b.21) Súmula 247 - O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória.

b.22) Súmula 258 - A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.

b.23) Súmula 283 - As empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura.

b.24) Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária, só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado.

b.25) Súmula 293 - A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.

b.26) Súmula 294 - Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato.

b.27) Súmula 295 - A Taxa Referencial (TR) é indexador válido para contratos posteriores à Lei n. 8.177/91, desde que pactuada.

b.28) Súmula 296 - Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado.

b.29) Súmula 297 - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições Financeiras .

b.30) Súmula 298 - O alongamento de dívida originada de crédito rural não constitui faculdade da instituição financeira, mas, direito do devedor nos termos da lei.

b.31) Súmula 299 - É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito.

b.32) Súmula 300 - O instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.

b.33) Súmula 322 - Para a repetição de indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, não se exige a prova do erro.

c) Sobre a securitização da dívida rural

c.1) Há direito subjetivo do devedor à securitização da dívida rural, desde que satisfeitos os requisitos legais insertos na Lei n. 9.138/65 (ANEXO II) e nas Resoluções do Banco Central de nºs 2.471/98 (ANEXO III) e 2.666/99 (ANEXO IV) que regulam a matéria (Resp 525.651-MG).

d) Sobre a CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL

d.i) AgRG no Resp 856987/RS - DJ de 01.10.2007, p. 284: "A capitalização mensal nas cédulas de crédito comercial é permitida, nos termos da súmula 93/STJ, desde que pactuada. Agravo regimental desprovido" (OBS: **Lei nº 6.840, de 3 de novembro de 1980** - Dispõe sobre Títulos de Crédito Comercial, e dá outras Providências.

Art. 1º - As operações de empréstimo concedidas por instituições financeiras a pessoa física ou jurídica que se dedique à atividade comercial ou de prestação de serviços poderão ser representadas por cédula de crédito comercial e por nota de crédito comercial.

Art. 2º - A aplicação de crédito decorrente da operação de que trata o artigo anterior poderá ser ajustada em orçamento assinado pelo financiado e autenticado pela instituição financeira, dele devendo constar expressamente qualquer alteração que convencionarem.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, far-se-á, na cédula, menção do orçamento, que a ela ficará vinculado.

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, será dispensada a descrição a que se refere o inciso V, do Art. 14, do Decreto-lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969, quando a garantia se constituir através de penhor de títulos de crédito, hipótese em que se estabelecerá apenas o valor global.

Art. 4º - A não-identificação dos bens objeto da alienação fiduciária cedular não retira a eficácia da garantia, que incidirá sobre outros de mesmo gênero, quantidade e qualidade.

Art. 5º - Aplicam-se à cédula de crédito comercial e à nota de crédito comercial as normas do Decreto-lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969, inclusive quanto aos modelos anexos àquele diploma, respeitadas, em cada caso, a respectiva denominação e as disposições desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. DOU 04-11-19800.)”.

e) Sobre a capitalização mensal de juros nos contratos bancários

e.1) AgRg no Ag 787770 / RS
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2006/0129372-2
Os juros remuneratórios não sofrem as limitações da Lei da Usura. - É lícita a capitalização mensal de juros nos **contratos bancários** celebrados a partir de 31.03.2000 (MP 1.963-17, atual MP nº

2.170-36), desde que pactuada”.

e.2) AgRG no AG 881157, DJ. 24.09.2007, p. 297, STJ: “Nos termos da jurisprudência do STJ, não se aplica a limitação da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano aos **contratos bancários** não abrangidos por legislação específica quanto ao ponto.

- Por força do art. 5.º da MP 2.170-36, é possível a capitalização mensal dos juros nas operações realizadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que pactuada nos **contratos bancários** celebrados após 31 de março de 2000, data da publicação da primeira medida provisória com previsão dessa cláusula (art. 5.º da MP 1.963/2000). Precedentes.

- É admitida a incidência da comissão de permanência, após o vencimento do débito, desde que pactuada e não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros moratórios, e/ou multa contratual.

f) Sobre a revisão de ofício de cláusulas abusivas nos contratos bancários.

f.1 -AgRG no Resp 934468/RS, STJ, julgado em 04.09.2008, DJ de 24.09.2007, p. 306: " Resta firmado no STJ o entendimento acerca da impossibilidade de revisão de ofício de cláusulas consideradas abusivas em **contratos** que regulem uma relação de consumo".

g) Sobre a cobrança cumulada da comissão de permanência com juros nos contratos bancários.

g.1 - AgRG no Resp 922151-RS, STJ, DJ de 24.09.2007, p.305: " Impossível, nos **contratos bancários**, a cobrança cumulada da comissão de permanência com juros remuneratórios, correção monetária, juros de mora e multa contratual".

h) Sobre a aplicação de índices da caderneta de poupança nos contratos bancários.

h.1 - AgRg no REsp 565250 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2003/0125631-1, STJ, DJ de 17.09.2007, p. 284: "...o acórdão a quo qualificou o **contrato** de financiamento habitacional como **contrato** de "faixa livre", e, ainda, afirmou que "conforme a Cláusula 5ª do **contrato**, ficou avençado que os encargos mensais seriam reajustados conforme os índices de atualização da caderneta de poupança". Não há possibilidade de aplicação do PES".

j) Sobre abusividade da taxa de juros nos contratos bancários.

j.1 - AgRg nos EDcl no REsp 604470 / RS AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL

2003/0201392-8, STJ, DJ de 10.09.2007, p. 225: "1. Os **contratos bancários** são passíveis de revisão judicial, ainda que tenham sido objeto de novação, pois não se pode validar obrigações nulas. II - Embora incidente o diploma consumerista nos **contratos bancários**, os juros pactuados em limite superior a 12% ao ano não são considerados abusivos, exceto quando comprovado que discrepantes em relação à taxa de mercado, após vencida a obrigação. III - A capitalização mensal dos juros é possível quando pactuada e desde que haja legislação específica que a autorize. IV - Vencido o prazo para pagamento da dívida, admite-se a cobrança de comissão de permanência. A taxa, porém, será a média do mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, desde que limitada ao percentual do **contrato**, não se permitindo cumulação com juros remuneratórios ou moratórios, correção monetária ou multa contratual".

k) Sobre multa diária em contrato bancário

k.1 - AgRG no Resp 895721, STJ, DJ de 27.08.2007, p. 248: "É possível a fixação de multa para o caso de descumprimento pela instituição financeira da determinação judicial de retirada de restrição creditícia".

l) Sobre capitalização de juros nos contratos bancários

l.1 - AgRg no Resp 678217, STJ, DJ de 20.08.2007, p. 284: ". Ausente a expressa manifestação acerca da pactuação da capitalização mensal dos juros remuneratórios, obstada está a sua aplicação".

l.2 - AgRg nos EDcl no Resp 588636, STJ, DJ de 20.08.2007, p. 283: "1. A capitalização de juros é permitida, nos **contratos bancários**, desde que contratualmente prevista, nos pactos posteriores à entrada em vigor da MP 1.963-17/2000. 2. Verificado o pagamento indevido, a repetição de indébito se faz necessária, ainda que em **contratos** objeto de novação".

m) Sobre a aplicação da taxa Selic nos contratos bancários.

m.1 - AgRg no Resp 929240, STJ, DJ de 06.08.2007, p. 532: "Este Tribunal já decidiu que a Selic não representa a taxa média praticada pelo mercado, sendo, portanto, inviável sua utilização como parâmetro de limitação de juros remuneratórios".

n) Sobre a possibilidade de se revisar cláusulas de contrato bancário.

n.1 - AgRg no REsp 850739 / RS AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2006/0129306-3, STJ, DJ de 04.06.2007, 369: " Em face da relativização do princípio pacta sunt servanda, é possível revisar os **contratos** e suas cláusulas, para afastar eventuais ilegalidades, ainda que tenha havido quitação ou novação".

o) Sobre a utilização da TR para corrigir o saldo devedor nos contratos bancários.

o.1 - Resp 401213, STJ, DJ 29.06.2007, p. 630: "A TR pode ser utilizada como índice de correção do saldo devedor de **contrato** de mútuo **bancário** vinculado ao SFH, quando o **contrato** prevê a correção pelos índices de poupança".

p) Sobre prestação de contas em contratos bancários

p.1 - AgRG no AG 851427, STJ, DJ de 04.06.2007, p. 350: "Ao correntista que, recebendo extratos **bancários**, discorde dos lançamentos deles constantes, assiste legítimo interesse para intentar a ação de prestação de contas, visando a obter pronunciamento judicial acerca da correção ou incorreção de tais lançamentos".

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contratos bancários devem, ainda, para que possam ser bem compreendidos pelos agentes do direito, ser estudados tendo em vista a sua natureza econômica em comparação com a visão legalista que sobre ela repousa no atual momento do ordenamento jurídico brasileiro.

Em um outro ângulo, não devemos afastar a necessidade de, com urgência, ser firmado entendimento estável na doutrina e na jurisprudência sobre o fenômeno da onerosidade excessiva no contrato bancário, em razão do que está posto nos arts. 478 a 480 do Código Civil de 2002, como causa de sua resolução, bem como do dos defeitos que sobre ele podem ser identificados, especialmente, o de lesão enorme (arts. 157 e parágrafos do NCC)..

Entendemos, também, que há de ser adotado um posicionamento mais avançado no referente aos métodos de interpretação dos contratos bancários, alinhando-se o comportamento ao que a doutrina vem pregando sobre o assunto.

No particular, registramos, em repetição, o que temos afirmado em outros trabalhos:

“ ANEXO 1:

REGULAMENTAÇÃO DA TJLP

TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO

Editado em 20.07.2007

Índice

1.	Regulamentação	e
Vigência.....	pág.2	
2.	Metodologia de Cálculo	da
TJLP.....	pág.2	

3.	Aplicabilidade	da
TJLP.....		pág.2
4.	Evolução	Histórica da
TJLP.....		pág.3
5.	Metodologia de Cálculo dos Contratos do BNDES atrelados à	
TJLP.....	pág.4	
6.		Anexo
1.....		
...		pág.6

TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO

1. REGULAMENTAÇÃO E VIGÊNCIA

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) foi instituída pela Medida Provisória nº 684, de 31.10.94, com as alterações e reedições posteriores, sendo transformada na Lei nº 9.365, de 16/12/96, posteriormente modificada pela Lei nº 10.183, de 12 de fevereiro de 2001.

A metodologia de cálculo da TJLP foi inicialmente regulamentada pela Resolução BACEN no 2.121, de 30.11.1994, com as alterações introduzidas pelas Resoluções BACEN nº 2.131, de 21.12.94, no 2.145, de 24.02.95, nº 2.161, de 31.05.95, no 2.335, de 13.11.96, no 2.587, de 30.12.98, e no 2.654, de 30.09.99.

A TJLP tem vigência de três meses, sendo expressa em termos anuais. É fixada pelo Conselho Monetário Nacional e divulgada até o último dia do trimestre imediatamente anterior ao de sua vigência (no caso, 31 de dezembro, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro).

Assim, por exemplo, o percentual divulgado em 26 de junho de 2007 permanecerá válido para remunerar os contratos do BNDES, mantidas as regras em vigor, de 1º de julho até 30 de setembro de 2007 (inclusive), quando passará a vigorar a próxima TJLP.^{1 2}

2. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Desde o 4º trimestre de 1999, conforme disposto pela Medida Provisória nº 1.921, de 30.09.99 (transformada na Lei nº 10.183, de 12.02.01, após sucessivas reedições), e regulamentado pela Resolução BACEN nº 2.654/99, de 30.09.99, a TJLP é obtida a partir de dois componentes básicos:

i) a meta de inflação, calculada pro rata para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, inclusive, baseada nas metas anuais fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); e ii) o prêmio de risco, que incorpora uma taxa de juro real internacional e um componente de risco Brasil numa perspectiva de médio e longo prazo.

Nesse sentido, o cálculo da TJLP para o período de 01.07.2007 a 30.09.2007, fixada em 6,25% a.a., foi obtido através da seguinte ponderação:

R 12 meses

I(2007) 6 meses I(2008) 6 meses

TJLP $\square \square \square \square \square \square$ onde:

I(2007) é a meta de inflação fixada pelo CMN para o ano de 2007

I(2008) é a meta de inflação fixada pelo CMN para o ano de 2008

R é o prêmio de risco

3. APLICABILIDADE DA TJLP

A TJLP é aplicada:

i) aos contratos passivos do BNDES junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); Fundo de Participação PIS-PASEP; e ao Fundo de Marinha Mercante (FMM);

1 A série histórica da TJLP divulgada pelo BACEN encontra-se na página 3.

2 Ver resolução BACEN no 3.462, de 26.06.2007.

Página 3 Manual da TJLP – Publicado em 20/07/2007

ii) aos contratos ativos do BNDES, com os recursos dos mesmos fundos do item i);

iii) à remuneração das contas dos participantes do Fundo de Participação PIS-PASEP; e

iv) outros casos, a critério do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Está autorizado o uso da TJLP como base de remuneração para quaisquer operações ativas e passivas no mercado financeiro (observadas as condições estabelecidas pelo Banco Central) e para

operações com valores mobiliários (observadas as condições estabelecidas pelo Banco Central em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM). Para conhecer melhor sobre o assunto, ver Resoluções BACEN nº 2.613, de 30.06.99 e nº 2.646, de 22.09.99.

4. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA TJLP

.....C

ANEXO II -

LEI Nº 9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995.

Conversão da MPv nº 1.199, de 1995 Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É autorizada, para o crédito rural, a equalização de encargos financeiros, observado o disposto na Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.

§ 1º Compreende-se na equalização de encargos financeiros de que trata o caput deste artigo o abatimento no valor das prestações com vencimento em 1995, de acordo com os limites e condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 2º O Poder Executivo e o Poder Legislativo providenciarão a alocação de recursos e a suplementação orçamentária necessárias à subvenção econômica de que trata este artigo.

~~Art. 2º Para as operações de crédito rural contratadas a partir da publicação desta Lei e até 31 de julho de 1996, não se aplica o disposto no § 2º do art. 16 da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994.~~

~~Art. 2º Para as operações de crédito rural contratadas a partir da publicação desta Lei e até 31 de julho de 2000, não se aplica o disposto no § 2º do art. 16 da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. (Redação dada pela Lei nº 9.848, de 26.10.1999)~~

~~Art. 2º Para as operações de crédito rural contratadas a partir da publicação desta Lei e até 31 de julho de 2001, não se aplica o disposto no § 2º do art. 16 da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. (Redação dada pela Lei nº 10.186, de 12.2.1001)~~

Art. 2º Para as operações de crédito rural contratadas a partir da publicação desta Lei e até 31 de julho de 2003, não se aplica o disposto no § 2º do art. 16 da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001)

Art. 3º O disposto no art. 31 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, não se aplica aos empréstimos e financiamentos, destinados ao crédito rural, com recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC) sob supervisão do Ministério da Fazenda.

Art. 4º É facultado às instituições financeiras conceder financiamento rural sob a modalidade de crédito rotativo, com limite de crédito fixado com base em orçamento simplificado, considerando-se líquido e certo o saldo devedor apresentado no extrato ou demonstrativo da conta vinculada à operação.

Parágrafo único. Os financiamentos de que trata este artigo poderão ser formalizados através da emissão de cédula de crédito rural, disciplinada pelo Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.

Art. 5º São as instituições e os agentes financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural, instituído pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, autorizados a proceder ao alongamento de dívidas originárias de crédito rural, contraídas por produtores rurais, suas associações, cooperativas e condomínios, inclusive as já renegociadas, relativas às seguintes operações, realizadas até 20 de junho de 1995:

I - de crédito rural de custeio, investimento ou comercialização, excetuados os empréstimos do Governo Federal com opção de venda (EGF/COV);

II - realizadas ao amparo da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 - Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO);

III - realizadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de outros recursos operadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

IV - realizadas ao amparo do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ).

§ 1º O Conselho Monetário Nacional poderá autorizar a inclusão de operações de outras fontes.

§ 2º Nas operações de alongamento referidas no caput, o saldo devedor será apurado segundo as normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 3º Serão objeto do alongamento a que se refere o caput as operações contratadas por produtores rurais, suas associações, condomínios e cooperativas de produtores rurais, inclusive as de crédito rural, comprovadamente destinadas à condução de atividades produtivas, lastreadas com recursos de qualquer fonte, observado como limite máximo, para cada emitente do instrumento de crédito identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Geral do Contribuinte - CGC, o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), observado, no caso de associações, condomínios e cooperativas, o seguinte:

I - as operações que tenham "cédulas-filhas" serão enquadradas na regra geral;

II - as operações originárias de crédito rural sem identificação do tomador final serão enquadrados observando-se, para cada associação ou cooperativa, o valor obtido pela multiplicação do valor médio refinanciável de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) pelo número de associados ativos da respectiva unidade;

III - nos condomínios e parcerias entre produtores rurais, adotar-se-á um limite máximo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para cada participante, excetuando-se cônjuges, identificado pelo respectivo CPF ou CGC.

§ 4º As operações desclassificadas do crédito rural serão incluídas nos procedimentos previstos neste artigo, desde que a desclassificação não tenha decorrido de desvio de crédito ou outra ação dolosa do devedor.

§ 5º Os saldos devedores apurados, que se enquadrem no limite de alongamento previsto no § 3º, terão seus vencimentos alongados pelo prazo mínimo de sete anos, observadas as seguintes condições:

~~I - prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de outubro de 1997;~~

I - prestações anuais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de outubro de 1997, admitidos ajustes no cronograma de retorno das operações alongadas e adoção de bônus de adimplência nas prestações, conforme o estabelecido nesta Lei e a devida

regulamentação do Conselho Monetário Nacional; (Redação dada pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)

II - taxa de juros de três por cento ao ano, com capitalização anual;

III - independentemente da atividade agropecuária desenvolvida pelo mutuário, os contratos terão cláusula de equivalência em produto, ficando a critério do mesmo a escolha de um dos produtos, a serem definidos pelo Conselho Monetário Nacional, cujos preços de referência constituirão a base de cálculo dessa equivalência;

IV - a critério do mutuário, o pagamento do débito poderá ser feito em moeda corrente ou em equivalentes unidades de produto agropecuário, consoante a opção referida no inciso anterior, mediante depósito da mercadoria em unidade de armazenamento credenciada pelo Governo Federal;

~~V - a critério das partes, caso o mutuário comprove dificuldade de pagamento de seu débito nas condições acima indicadas, o prazo de vencimento da operação poderá ser estendido até o máximo de dez anos, passando a primeira prestação a vencer em 31 de outubro de 1998;~~

V - a critério das partes, caso o mutuário comprove dificuldade de pagamento de seu débito nas condições supra indicadas, o prazo de vencimento da operação poderá ser estendido até o máximo de dez anos, passando a primeira prestação a vencer em 31 de outubro de 1998, sujeitando-se, ainda, ao disposto na parte final do inciso I deste parágrafo, autorizados os seguintes critérios e condições de renegociação: (Redação dada pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)

a) prorrogação das parcelas vincendas nos exercícios de 1999 e 2000, para as operações de responsabilidade de um mesmo mutuário, cujo montante dos saldos devedores seja, em 31 de julho de 1999, inferior a quinze mil reais; (Alínea incluída pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)

b) nos casos em que as prestações de um mesmo mutuário totalizem saldo devedor superior a quinze mil reais, pagamento de dez por cento e quinze por cento, respectivamente, das prestações vencíveis nos exercícios de 1999 e 2000, e prorrogação do restante para o primeiro e segundo ano subsequente ao do vencimento da última parcela anteriormente ajustada; (Alínea incluída pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)

c) o pagamento referente à prestação vencível em 31 de outubro de 1999 fica prorrogado para 31 de dezembro do mesmo ano, mantendo-se os encargos de normalidade; (Alínea incluída pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)

d) o bônus de adimplência a que se refere o inciso I deste parágrafo, será aplicado sobre cada prestação paga até a data do respectivo vencimento e será equivalente ao desconto de: (Alínea incluída pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)

1) trinta por cento, se a parcela da dívida for igual ou inferior a cinquenta mil reais; (incluída pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)

2) trinta por cento até o valor de cinquenta mil reais e quinze por cento sobre o valor excedente a cinquenta mil reais, se a parcela da dívida for superior a esta mesma importância; (incluída pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)

VI - caberá ao mutuário oferecer as garantias usuais das operações de crédito rural, sendo vedada a exigência, pelo agente financeiro, de apresentação de garantias adicionais, liberando-se aquelas que excederem os valores regulamentares do crédito rural;

VII - a data de enquadramento da operação nas condições estabelecidas neste parágrafo será aquela da publicação desta Lei.

§ 6º Os saldos devedores apurados, que não se enquadrem no limite de alongamento estabelecido no § 3º, terão alongada a parcela compreendida naquele limite segundo as condições estabelecidas no § 5º, enquanto a parcela excedente será objeto de renegociação entre as partes, segundo as normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 6º-A. Na renegociação da parcela a que se refere o § 6º, o Tesouro Nacional efetuará, mediante declaração de responsabilidade dos valores atestados pelas instituições financeiras, o pagamento relativo ao rebate de até dois pontos percentuais ao ano sobre a taxa de juros, aplicado a partir de 24 de agosto de 1999, para que não incidam taxas de juros superiores aos novos patamares estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para essa renegociação, não podendo da aplicação do rebate resultar taxa de juros inferior a seis por cento ao ano, inclusive nos casos já renegociados, cabendo a prática de taxas inferiores sem o citado rebate. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)

§ 6º-B. As dívidas originárias de crédito rural que tenham sido contratadas entre 20 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 1997 e

contenham índice de atualização monetária, bem como aquelas enquadráveis no Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - Recoop, poderão ser renegociadas segundo o que estabelecem os §§ 6º-A e 6º-C deste artigo.*(Parágrafo incluído pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)*

§ 6º-C. As instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, na renegociação da parcela a que se referem os §§ 6º, 6º-A e 6º-B, a seu exclusivo critério, sem ônus para o Tesouro Nacional, não podendo os valores correspondentes integrar a declaração de responsabilidade a que alude o § 6º-A, ficam autorizadas:*(Parágrafo incluído pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)*

I - a financiar a aquisição dos títulos do Tesouro Nacional, com valor de face equivalente ao da dívida a ser financiada, os quais devem ser entregues ao credor em garantia do principal;*(Inciso incluído pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)*

II - a conceder rebate do qual resulte taxa de juros inferior a seis por cento ao ano.*(Inciso incluído pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)*

§ 6º-D. Dentro dos seus procedimentos bancários, os agentes financeiros devem adotar as providências necessárias à continuidade da assistência creditícia a mutuários contemplados com o alongamento de que trata esta Lei, quando imprescindível ao desenvolvimento de suas explorações.*(Parágrafo incluído pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)*

§ 6º-E. Ficam excluídos dos benefícios constantes dos parágrafos 5º, 6º-A, 6º-B, 6º-C e 6º-D os mutuários que tenham comprovadamente cometido desvio de finalidade de crédito.*(Parágrafo incluído pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)*

§ 7º Não serão abrangidos nas operações de alongamento de que trata este artigo os valores deferidos em processos de cobertura pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO.

§ 8º A critério do mutuário, o saldo devedor a ser alongado poderá ser acrescido da parcela da dívida, escriturada em conta especial, referente ao diferencial de índices adotados pelo plano de estabilização econômica editado em março de 1990, independentemente do limite referido no § 3º, estendendo-se o prazo de pagamento referido no § 5º em um ano.

§ 9º O montante das dívidas mencionadas no caput, passíveis do alongamento previsto no § 5º, é de R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais).

§ 10. As operações de alongamento de que trata este artigo poderão ser formalizadas através da emissão de cédula de crédito rural, disciplinada pelo Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.

§ 11. O agente financeiro apresentará ao mutuário extrato consolidado de sua conta gráfica, com a respectiva memória de cálculo, de forma a demonstrar discriminadamente os parâmetros utilizados para a apuração do saldo devedor.

Art. 6º É o Tesouro Nacional autorizado a emitir títulos até o montante de R\$ 7.000.000.000,00, (sete bilhões de reais) para garantir as operações de alongamento dos saldos consolidados de dívidas de que trata o art. 5º.

§ 1º A critério do Poder Executivo, os títulos referidos no caput poderão ser emitidos para garantir o valor total das operações nele referidas ou, alternativamente, para garantir o valor da equalização decorrente do alongamento.

§ 2º O Poder Executivo, por iniciativa do Ministério da Fazenda, fundamentará solicitação ao Senado Federal de aumento dos limites referidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 52 da Constituição Federal.

~~Art. 7º Os contratos de repasse do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro Oeste (FNO, FNE e FCO), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Participação PIS/PASEP e de outros fundos ou instituições oficiais federais, quando lastrearem dívidas de financiamentos rurais objeto do alongamento de que trata o art. 5º, terão seus prazos de retorno e encargos financeiros devidamente ajustados às respectivas operações de alongamento, correndo o custo da equalização à conta do respectivo fundo.~~

Art. 7º Os contratos de repasse de recursos do Fundo de Participação PIS/PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO) e de outros fundos ou instituições oficiais federais, quando lastrearem dívidas de financiamentos rurais objeto do alongamento de que trata o art. 5º, terão seus prazos de retorno e encargos financeiros devidamente ajustados às respectivas operações de alongamento. (Redação dada pela Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998)

Parágrafo único. O custo da equalização nessas operações de alongamento correrá à conta do respectivo fundo, excetuados os casos lastreados com recursos do Fundo de Participação PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, em observância ao disposto no art. 239, § 1º, da Constituição, para os quais o ônus da equalização será assumido pelo Tesouro Nacional.*(Parágrafo único incluído pela Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998)*

Art. 8º Na formalização de operações de crédito rural e nas operações de alongamento celebradas nos termos desta Lei, as partes poderão pactuar, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional, encargos financeiros substitutivos para incidirem a partir do vencimento ordinário ou extraordinário, e até a liquidação do empréstimo ou financiamento, inclusive no caso de dívidas ajuizadas, qualquer que seja o instrumento de crédito utilizado.

Parágrafo único. Em caso de prorrogação do vencimento da operação, ajustada de comum acordo pelas partes ou nas hipóteses previstas na legislação de crédito rural, inclusive aquelas mencionadas no Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, e no art. 4º, parágrafo único da Lei nº 7.843, de 18 de outubro de 1989, os encargos financeiros serão os mesmos pactuados para a situação de normalidade do financiamento.

Art. 8º-A. Fica o gestor do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, autorizado a promover ajuste contratual junto ao agente financeiro, com base nas informações dele recebidas, a fim de adequar os valores e prazos de reembolso, ao Fundo, das operações de consolidação e reescalonamento de dívidas de cafeicultores e suas cooperativas, realizadas no exercício de 1997, e ainda, das operações de custeio e colheita da safra 1997/1998, à luz de resolução do Conselho Monetário Nacional.*(Artigo incluído pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)*

Parágrafo único. A adequação de valores e prazos de reembolso de que trata o *caput* será efetuada nas mesmas condições que forem estabelecidas segundo o que determina o inciso I do § 5º do art. 5º desta Lei.*(Parágrafo único incluído pela Lei nº 9.866, de 9.11.1999)*

Art. 9º É a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB autorizada a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A. no valor correspondente aos Empréstimos do Governo Federal (EGF), vencidos até 31 de dezembro de 1994.

Art. 10. O Conselho Monetário Nacional deliberará a respeito das características financeiras dos títulos do Tesouro Nacional a serem emitidos na forma do art. 6º e disporá sobre as demais normas, condições e procedimentos a serem observados na formalização das operações de alongamento referidas nesta Lei.

Art. 11. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.131, de 26 de setembro de 1995.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

José Eduardo de Andrade Vieira

José Serra

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 30.11.1995

ANEXO III

Normativos editados pelo Banco Central do Brasil -
RESOLUCAO N. 002471

Dispõe sobre renegociação de dividas originarias do credito rural, de que tratam o art. 5., Paragrafo 6., da Lei n. 9.138, de 29.11.95, e a Resolução n. 2.238, de 31.01.96.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da lei n. 4.595, de 31.12.64, torna publico que o CONSELHO MONETARIO NACIONAL, em sessão realizada em 19.02.98, tendo em vista as disposições dos arts. 4., inciso VI, da citada Lei, 4. e 14 da Lei n. 4.829, de 05.11.65, e 8. e 10 da Lei n. 9.138, de 29.11.95,

R E S O L V E U:

Art. 1. Autorizar a renegociação de dividas originarias de credito rural sob condições especiais, vedada a equalização de encargos financeiros pelo Tesouro Nacional

Paragrafo 1. A renegociação pode abranger dividas:

I - passíveis de enquadramento na Resolução n. 2.238, de 31.01.96, renegociadas ou não, mas que nao tenham sido objeto de alongamento/securitização com base naquele normativo;

II - de valor excedente a R! 200.000,00 (duzentos mil reais), referidas no art. 5., Paragrafo 6., da Lei n. 9.138, de 29.11.95, e no art. 1., inciso IX, da Resolução n. 2.238/96;

III - decorrentes de empréstimos de qualquer natureza,

vencidos ou vencidos, cujos recursos tenham sido utilizados para amortização ou liquidação de operações de crédito rural formalizadas até 20.06.95.

Parágrafo 2. A renegociação está condicionada à aquisição, pelos devedores, por intermédio da instituição financeira credora, de títulos do Tesouro Nacional, tipificados no anexo desta Resolução, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, os quais devem ser entregues ao credor em garantia do principal.

Art. 2. Para fins da renegociação de que trata esta Resolução, o saldo devedor deve ser apurado com observância das seguintes condições:

I - os valores não renegociados com base no art. 5. da Lei n. 9.138/95 e na Resolução n. 2.238/96 sujeitam-se:

a) até a data do vencimento pactuado no instrumento de crédito ou da repactuação de que trata esta Resolução, a que ocorrer primeiro: aos encargos financeiros previstos no instrumento de crédito original para a situação de normalidade;

b) do vencimento pactuado até a data da renegociação: a incidência da remuneração básica dos depósitos de poupança mais taxa efetiva de juros de até 12% a.a. (doze por cento ao ano), ficando excluídos os encargos relativos a mora, multa e inadimplemento;

II - os valores renegociados com base no art. 5., Parágrafo 6., da Lei n. 9.138/95 e no art. 1., inciso IX, da Resolução n. 2.238/96, contemplando, inclusive, o diferencial de índices verificado por ocasião do Plano de Estabilização Econômica editado em março de 1990, sujeitam-se:

a) a partir da data da renegociação anteriormente formalizada e até igual dia do mês de janeiro de 1998: a remuneração básica dos depósitos de poupança mais taxa efetiva de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano), procedendo-se aos acertos contábeis devidos;

b) sobre o saldo devedor apurado na forma da alínea anterior: a incidência dos encargos, inclusive atualização, definidos no art. 3., inciso II, desta Resolução,

Art. 3. A renegociação de que trata esta Resolução será efetivada com observância das seguintes condições especiais

I - prazos:

a) contratação: ate 31.07.98;

b) reembolso: 20 (vinte) anos, contados da data da renegociação;

II - encargos financeiros:

a) sobre o valor de ate R! 500.000,00 (quinhentos mil reais): IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas- FGV, acrescido de taxa efetiva de juros de 8% a.a. (oito por cento ao ano);

b) sobre o valor da parcela superior a R! 500.000,00 (quinhentos mil reais) e ate R! 1.000.000,00 (um milhão de reais): IGP-M acrescido de taxa efetiva de juros de 9% a.a. (nove por cento ao ano);

c) sobre o valor da parcela superior a R! 1.000.000,00 (um milhão de reais): IGP-M acrescido de taxa efetiva de juros de 10% a.a. (dez por cento ao ano);

III - no caso de valor total superior a R! 500.000,00 (quinhentos mil reais), os encargos financeiros serão calculados pela media ponderada, observados os intervalos fixados no inciso II deste artigo;

IV - garantias:

a) do principal: cessão, sob condição resolutiva, dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, tipificados no anexo desta Resolução, os quais devem permanecer bloqueados enquanto constituírem garantia da operação e não houver manifestação do Tesouro Nacional acerca do exercício da opção de recompra;

b) dos juros: as usuais do credito rural, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor do principal renegociado, admitindo-se obrigações federais registradas em sistemas centralizados de liquidação e custodia;

V - reembolso:

a) do principal: no vencimento final, mediante resgate dos títulos oferecidos em garantia;

b) dos juros: de acordo com o fluxo de receitas do mutuário, desde que não ultrapasse o período anual;

VI - pagamento antecipado: na amortização ou liquidação antecipada serão liberados os títulos que excederem ao saldo devedor remanescente atualizado, observadas as condições da alínea "a" do inciso IV deste artigo.

Art. 4. Alternativamente, a critério das partes, as operações já renegociadas nos termos do art. 5., Parágrafo 6., da Lei n. 9.138/95 e do art. 1., inciso IX, da Resolução n. 2.238/96 podem ser repactuadas nas seguintes condições:

I - revisão do saldo devedor: mediante a aplicação, no período compreendido entre a data de renegociação anteriormente formalizada e até igual dia do mês de janeiro de 1998, da remuneração básica dos depósitos de poupança mais taxa efetiva de juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano), procedendo-se aos acertos contábeis devidos;

II - encargos financeiros incidentes sobre o saldo devedor apurado na forma do inciso anterior: remuneração básica dos depósitos de poupança mais taxa efetiva de juros de 8% a.a. (oito por cento ao ano).

Art. 5. Os saldos das operações renegociadas nos termos desta Resolução podem ser computados para cumprimento das exigibilidades das fontes de recursos que vierem a lastreá-los.

Parágrafo 1. No caso da exigibilidade de aplicação em crédito rural de que trata o MCR 6-2, as operações não podem comprometer além do correspondente a 15% (quinze por cento) do saldo médio diário das rubricas contábeis de recursos a vista sujeitos ao recolhimento compulsório, da respectiva instituição financeira.

Paragrafo 2. Os saldos das operações renegociadas com base no art. 1., inciso IX, da Resolução n. 2.238/96 e amparados na exigibilidade do MCR 6-2 devem ser considerados para fins do limite fixado no paragrafo anterior.

Art. 6. O disposto nesta Resolução não inibe a possibilidade de renegociação de dividas sob condições ajustadas entre as partes, na forma prevista no art. 1., inciso IX, "in fine", da Resolução n. 2.238/96 e regulamentação suplementar.

Art. 7. Alterar, de 02.01.98 para 31.07.98, os prazos estabelecidos nos arts. 1. e 2. da Resolução n. 2.322, de 15.10.96.

Paragrafo único. A autorização de que trata o art. 1. da Resolução n. 2.322/96 passa a contemplar operacoes de credito rural contratadas ate 20.06.95 e vencidas ou vincendas ate julho de 1998.

Art. 8. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9. Fica revogada a Resolução n. 2.457, de 18.12.97.

Brasilia, 26 de fevereiro de 1998

Gustavo H. B. Franco

Presidente

ANEXO A RESOLUCAO N. 2.471, DE 26.02.98

RENEGOCIACAO DE DIVIDAS DO SETOR RURAL

Os títulos do Tesouro Nacional, destinados a garantir o valor do principal na renegociação de dividas do setor rural de que trata esta Resolução, serão emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com as seguintes principais características e condições

I - prazo: 20 (vinte) anos;

II - preço unitário: calculado a taxa de desconto de 12% a.a. (doze por cento ao ano);

III - atualização: IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;

IV - modalidade: negociável, observando-se que:

a) os títulos serão cedidos a instituição financeira credora da operação de renegociação da dívida, em garantia do principal, com cláusula resolutiva, os quais deverão permanecer bloqueados enquanto constituírem garantia e não houver manifestação do Tesouro Nacional acerca do exercício da opção de recompra;

b) no caso de transferência dos títulos a instituição financeira, em decorrência de execução da garantia, os títulos passarão a ser considerados inegociáveis, mediante substituição de referidos ativos pela STN, especificando esta nova característica;

V - opção de recompra pelo emissor: pelo valor presente, calculado a taxa de desconto de 12% a.a. (doze por cento ao ano), quando da liberação da garantia (pagamento parcial ou total da dívida);

VI - resgate: em parcela única, na data de vencimento do título;

VII - forma: títulos escriturais nominativos, registrados na Central de Custodia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).

Fonte: *Departamento Jurídico da FARSUL*

ANEXO IV

Normativos editados pelo Banco Central do Brasil -
RESOLUCAO N. 002666

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna publico que o CONSELHO MONETARIO NACIONAL, em sessão realizada em 11 de novembro de 1999, tendo em vista as disposições dos arts. 4., inciso VI, da referida Lei, 4. e I4 da Lei n. 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 5., Paragrafo 5., inciso I, da Lei n. 9.138, de 29 de novembro de 1995, com a redação dada pelo art.

1. da Lei n. 9.866, de 9 de novembro de 1999,

R E S O L V E U:

Art. 1. Estabelecer os seguintes critérios e condições aplicáveis as operações alongadas/securitizadas ao amparo lei n. 9.138, de 29 de novembro de 1995:

I - operações de responsabilidade de um mesmo mutuário, cujo montante dos saldos devedores, em 31 de julho de 1999, era de ate R!

15.000,00 (quinze mil reais): a parcela vencida em 31 de outubro de 1999 e a parcela vencível no ano de 2000 ficam prorrogadas, respectivamente, para o primeiro e o segundo anos subsequentes ao do vencimento da ultima parcela anteriormente pactuado, consideradas as prorrogações formalizadas com relação as parcelas vencidas nos anos de 1997 e 1998;

II - operações de responsabilidade de um mesmo mutuário, cujo montante dos saldos devedores, em 31 de julho de 1999, era superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): exigência de pagamento de 10% (dez por cento) do valor da parcela vencida em 31 de outubro de 1999 e de 15% (quinze por cento) do valor da parcela vencível no ano de 2000, ficando os valores remanescentes prorrogados, respectivamente, para o primeiro e o segundo anos subsequentes ao do vencimento da última parcela anteriormente pactuado, consideradas as prorrogações formalizadas com relação as parcelas vencidas nos anos de 1997 e 1998;

III - devem ser concedidos bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, na hipótese de o saldo devedor, em 31 de julho de 1999, ser igual ou inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representando desconto de 30% (trinta por cento);

IV - devem ser concedidos bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, na hipótese de o saldo devedor, em 31 de julho de 1999, ser superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representando descontos de 30% (trinta por cento) e de 15% (quinze por cento), observados os seguintes critérios para a respectiva apuração:

a) devem ser calculados, em termos percentuais, os quocientes entre:

1. R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e o saldo devedor da operação;

2. o valor excedente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e o saldo devedor da operação;

b) os percentuais calculados na forma da alínea anterior devem ser aplicados à parcela objeto de pagamento, com vistas à obtenção das bases de incidência dos descontos;

c) sobre a base de incidência obtida a partir da aplicação do percentual de que trata a alínea "a", número 1, deve ser concedido o desconto de 30% (trinta por cento);

d) sobre a base de incidência obtida a partir da aplicação

do percentual de que trata a alínea "a", numero 2, deve ser concedido o desconto de 15% (quinze por cento);

V - os bônus de adimplência de que tratam os incisos III e IV também devem ser concedidos nos casos de:

a) dividas integralmente liquidadas antecipadamente, hipótese em que o desconto deve ser calculado sobre o montante do saldo de vedor atualizado e aplicados os deságios inerentes a antecipação da liquidação;

b) parcelas relativas aos anos de 1999 e 2000, cujos mutuários optarem pela não adesão a prorrogação e efetuarem os respectivos pagamentos ate as datas de vencimento;

c) amortizações antecipadas de valor igual ao valor desagiado de cada uma das parcelas da divida vencíveis a partir do ano 2000;

d) parcela sujeita a pagamento parcial, cujo restante foi prorrogado por forza do disposto no MCR 2-6-9;

VI - pode ser concedido prazo ate 31 de dezembro de 1999, mantendo-se as operações em situação de normalidade e os encargos financeiros de adimplência, para pagamento:

a) do valor equivalente a 10% (dez por cento) da parcela objeto de alongamento, vencida em 31 de outubro de 1999;

b) da parcela vencida em 31 de outubro de 1999, cujos mutuários optarem pela não adesão a prorrogação admitida nos termos dos incisos I e II;

VII - a prorrogação das parcelas relativas as dividas superiores a R! 15.000,00 (quinze mil reais), em 31 de julho de 1999, somente pode ser formalizada apos o pagamento de 10% (dez por cento) do valor da parcela, devido em 1999;

VIII - deve ser efetuado, ate 31 de outubro de 2000, o pagamento do valor equivalente a 15% (quinze por cento) da parcela objeto de alongamento, com vencimento inicialmente previsto para aquela data;

IX - as prorrogações devem ser realizadas mediante aditivo ao instrumento de crédito, exigindo-se declaração formal de desistência firmada pelo devedor, na hipótese de não adesão.

Paragrafo 1. As parcelas prorrogadas na forma prevista nos incisos I e II devem ser expressas em quantidades de unidades equivalentes em produto, acrescidas de taxa efetiva de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano), capitalizada anualmente.

Paragrafo 2. O mutuário que efetuar pagamento parcial antecipado das parcelas referidas no inciso V, alíneas "b" e "c", somente faz jus ao bônus de adimplência se complementado o pagamento até a data do respectivo vencimento.

Paragrafo 3. Não faz jus aos benefícios previstos neste artigo o mutuário inadimplente com relação as parcelas vencidas em 1997 e/ou 1998.

Art. 2. Aplicam-se os benefícios previstos no artigo anterior as seguintes dívidas, relativas a financiamentos rurais amparados por recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (FUNCAFE), desde que os mutuários tenham efetuado o pagamento, até 16 de novembro de 1999, das duas parcelas de 8% (oito por cento) do débito, referidas no art. 1., parágrafo único, da Resolução n. 2.620, de 16 de julho de 1999:

I - renegociadas ao amparo da Resolução n. 2.416, de 14 de agosto de 1997;

II - relativas as operações de custeio e de colheita da safrinha cafeeira 1997/1998, formalizadas ao amparo das Resoluções n.º 2.431, de 2 de outubro de 1997, e 2.476, de 26 de março de 1998, observado que os saldos devedores dessas operações devem ser fracionados no mesmo número de parcelas remanescentes das dívidas renegociadas ao amparo da Resolução n. 2.416, de 1997.

Paragrafo único. As operações de que trata este artigo podem ser mantidas em prazo de espera e em situação de normalidade até 31 de dezembro de 1999.

Art. 3. Para fins de concessão dos benefícios previstos no art. 1., relativamente a operações de responsabilidade de:

I - condomínios e parcerias, deve ser considerado, para apuração do valor de cada partícipe, o resultado da divisão do saldo devedor da operação, em 31 de julho de 1999, pelo número de partícipes-

tes. da cédula solidária, excluídos os cônjuges, observado que:

a) a existência de operação, singular ou solidária, de responsabilidade de um ou de parte dos solidários não acarretará mudança de faixa em cédula solidária de que participe pelo menos um diferente devedor;

b) um mesmo mutuário pode ter um enquadramento coletivo como participe de cédula solidária, beneficiando-se, juntamente com os demais emitentes da mesma cédula, do desconto relativo à operação em comum, e outro diferente enquadramento individual, computando-se, nesse último enquadramento, o valor apurado como participe na cédula solidária e as suas obrigações individuais;

c) os participantes de cédula solidária devem ser identificados pelo respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - cooperativas, deve ser observado que:

a) havendo identificação de tomador final, deve ser considerado o saldo devedor de responsabilidade de cada cooperado, computados, inclusive, os saldos de operações individuais não vinculadas a cooperativas;

b) não havendo identificação do tomador final, deve ser considerado o saldo devedor integral relativo à operação formalizada entre a cooperativa e a instituição financeira.

Art. 4. Acrescentar incisos IV, V e VI ao Parágrafo 1. do art. 1. da Resolução n. 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, passando o referido artigo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1. Autorizar a renegociação de dividas originarias de credito rural sob condições especiais.

Paragrafo 1. A renegociação pode abranger dividas:

I - passíveis de enquadramento na Resolução n. 2.238, de 31 de janeiro de 1996, renegociadas ou não, mas que não tenham sido objeto de alongamento/securitização com base naquele normativo;

II - de valor excedente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), referidas no art. 5., Paragrafo 6., da Lei n. 9.138, de 29 de novembro de 1995, e no art. 1., inciso IX, da Resolução n. 2.238, de 1996;

III - decorrentes de empréstimos de qualquer natureza, vendidos ou vincendos, cujos recursos tenham sido utilizados para amortização ou liquidação de operações de credito rural formalizadas ate 20 de junho de 1995;

IV - enquadráveis no Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP;

V - decorrentes de empréstimos de credito rural que tenham sido formalizados entre 20 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 1997, não sujeitos a encargos financeiros prefixados e desde que não tenha havido pratica de desvio de credito ou outra ação dolosa;

VI - vinculadas, desde que atendidas as condições previstas no inciso anterior, a recursos:

a) do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de outros operados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

b) dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste ou do Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO);

c) do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFE);

d) do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), abrangendo, nessa hipótese, operações formalizadas anteriormente a 20 de junho de 1995;

e) referenciados em variação cambial.

Paragrafo 2. A renegociação esta condicionada a aquisição, pelos devedores, por intermédio da instituição financeira credora, de títulos do Tesouro Nacional, tipificados no anexo desta Resolução, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, os quais devem ser entregues ao credor em garantia do principal."

Art. 5. Fica facultada a instituição financeira a concessão de crédito para aquisição de títulos do Tesouro Nacional, para efeito do disposto no art. 1., Paragrafo 2., da Resolução n. 2.471, de 1998, com a redação dada pelo art. 4. desta Resolução, desde que não sejam utilizados recursos controlados do crédito rural para essa finalidade

Art. 6. As operações formalizadas ao amparo da Resolução n. 2.471, de 1998, ficam sujeitas, a partir de 24 de agosto de 1999, a redução de até dois pontos percentuais nas respectivas taxas de juros, aplicável em relação a cada parcela de encargos financeiros paga até a data do respectivo vencimento.

Paragrafo único. A aplicação do desconto previsto neste artigo não pode resultar em taxa de juros inferior a 6% a.a. (seis por cento ao ano), inclusive nos casos já renegociados, cabendo a prática de taxas inferiores sem a aplicação do referido desconto.

Art. 7. As instituições financeiras, observados os procedimentos bancários, devem adotar as providências necessárias a continuidade da assistência creditícia aos mutuários beneficiados pelas medidas estabelecidas nesta Resolução, quando imprescindível ao desenvolvimento de suas explorações e geração de receitas para honrar os compromissos assumidos.

Art. 8. Fica a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, autorizada a promover ajuste contratual com as instituições financeiras, com vistas a adequar os valores e os prazos de reembolso, aquela Secretaria, das operações alongadas/securitizadas beneficiadas com as medidas estabelecidas nesta Resolução.

Art. 9. Ficam as Secretarias de Acompanhamento Econômico e do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, autorizadas a definir, em conjunto, as medidas complementares necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução, as quais serão divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogadas as Resoluções n.s 2.634 e 2.635, ambas de 24 de agosto de 1999, e o art. 2. da Resolução n. 2.579, de 23 de dezembro de 1998.

Brasília, 11 de novembro de 1999

Arminio Fraga Neto
Presidente

16/10/2007